

InformANDES

Informativo
Nº 173

Brasília (DF)
Abril de 2026

ANDES-SN - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR



I Conferência Internacional

ANTIFASCISTA PELA SOBERANIA DOS POVOS

Conferência propõe frente internacional
contra a extrema direita **8 a 11**

Setor da Iees/Imes/Ides intensifica
mobilizações **4 e 5**

Entrevista: Benigno Pérez Fernández,
Cônsul-Geral de Cuba no Brasil **12 e 13**

17 de abril de 1996, 16h.
Cerca de 1.500 pessoas acampam na Curva do S, em Eldorado dos Carajás, sudeste do Pará. Seu objetivo é seguir em marcha até Belém, a fim de obter a desapropriação da Fazenda Macaxeira, então ocupada por 3.500 famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra. De súbito, a caminhada iniciada no dia 10 de abril daquele ano é interrompida por balas. Mais de 150 policiais militares tomam parte da operação que deixa 21 camponeses mortos, 19 dos quais, tombados naquele exato momento e local.

A chaga aberta pelo "Massacre de Eldorado dos Carajás" segue sangrando. Decorridos trinta anos, o Brasil é ainda um dos países com estrutura fundiária mais concentrada em todo o mundo. A oligarquia agrária brasileira, hoje transmutada no supostamente moderno setor do agronegócio, com laços ainda mais complexos com as grandes empresas transnacionais e com o setor financeiro, segue obstinada em impedir o acesso à terra e a

direitos no campo. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, os 10% maiores imóveis rurais do Brasil ocupam quase 73% da terra agricultável no território nacional, sendo que apenas 0,3% desses imóveis, cuja extensão ultrapassa os 2.500 hectares, concentram ¼ (cerca de 25%) de toda a terra agrícola no país.

Como resultado desse modelo persistente de concentração da terra no Brasil, a violência no campo associada a conflitos fundiários não cessou um dia sequer, ao longo dos últimos trinta anos, desde que tombaram as vítimas de Eldorado dos Carajás. Segundo levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), mais de 1.800 assassinatos foram registrados no campo entre 1996 e 2025, sendo 2017 um ano particularmente dramático, quando foram notificados 70 homicídios. A CPT estima que nos últimos cinco anos, desde 2020, tenha havido entre 2.000 e 2.500 casos de conflitos pela terra por ano no Brasil.

Infelizmente, o Estado brasileiro segue sendo profundamente omis-

so quanto aos casos de violência no campo e de violações de direitos humanos contra defensoras e defensores do direito à terra, quando não exerce diretamente o papel de veredugo dos interesses do agronegócio e da oligarquia rural e perpetrador direto das violências. Do mesmo modo, a justa luta de longo prazo pela Reforma Agrária segue sofrendo fortes entraves no Brasil. Conforme denunciado pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), em 24 de março último, nos últimos três anos (2023 a 2025), o governo desapropriou apenas 13.308 hectares de latifúndios improdutivos. Volume baixíssimo e inferior, inclusive, aos 14.339 hectares desapropriados por Michel Temer entre 2017 e 2018.

Que a memória de Eldorado dos Carajás seja semente de luta pelo direito à terra no Brasil e que a presença daquelas e daqueles que tombaram naquela tarde de 17 de abril, siga ecoando em nós o grito: "Terra para quem nela trabalha! Ocupar, resistir, produzir!"

Expediente

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN

Diretor Responsável:

Diego Ferreira Marques

Editor-Chefe:

Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão:

Luciano Beregeno

Jornalistas:

Bruna Yunes DRT 9045/DF

Leticia Figueiredo DRT 4124/DF

Diagramação e arte final:

Silas William Vieira

Fotos:

Eline Luz/ANDES-SN

imprensa@andes.org.br

andes.org.br

17 de abril - **30 anos do massacre de Eldorado dos Carajás**

Terra para quem nela trabalha!

Sem grandes avanços, MNNP realiza primeira reunião de 2026

A primeira reunião de 2026 da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) entre governo e entidades representativas de servidoras/es federais ocorreu na quinta-feira, 26 de março, em Brasília, com presença do ANDES-SN ao lado de outras entidades da Educação Federal. Entre os temas debatidos estiveram direito de greve, assédio e reajuste de benefícios.

O governo apresentou o reajuste nos benefícios, como o aumento do auxílio-alimentação para R\$ 1.192; do auxílio pré-escolar para R\$ 526,64 e da assistência à saúde suplementar, para R\$ 213,78.

O Sindicato Nacional avaliou positivamente os reajustes nos benefícios, mas criticou a exclusão de aposentadas/os desses benefícios. Fernanda Maria Vieira, secretária-geral do ANDES-SN, defendeu, ao lado da bancada sindical, a criação de um auxílio-nutrição específico para esse segmento. O governo sinalizou estudos sobre a viabilidade da proposta.

O Sindicato também cobrou avanços na PEC 6/24, que prevê a retirada

gradual da contribuição previdenciária de aposentados. "Você trabalha a vida inteira e se aposenta com redução salarial, aumento de gastos e ainda sofre descontos. É perverso", criticou a dirigente, alertando que muitos servidores adiam a aposentadoria até os 75 anos.

Sobre o combate ao assédio, o ANDES-SN citou o caso do Cefet-RJ, onde duas servidoras foram vítimas de feminicídio por um colega. A entidade criticou a atuação institucional e a falta de políticas efetivas de acolhimento, inclusive para terceirizados.

O Sindicato Nacional também denunciou a falta de avanços na regulamentação da Convenção 151 da OIT (direito de greve e negociação coletiva) e a ausência de diálogo sobre a revisão do Decreto-Lei nº 200/1967, que pode impactar a estabilidade. Quanto ao reajuste salarial para 2027, o ANDES-SN cobrou previsão na LDO. Por fim, a entidade criticou a baixa periodicidade das reuniões (intervalos de até oito meses) e o descumprimento de pontos do Acordo nº 10/2024.

Entidades da Educação

realizam ato pelo cumprimento do Acordo de Greve

O Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do ANDES-SN realizará em 16/04, um Ato Unificado da Educação, em Brasília (DF), ao lado do Sinasefe e da Fasubra. A mobilização é parte do plano de lutas de pela implementação imediata dos itens pendentes do Acordo de Greve nº 10/2024. A concentração acontece às 9h, em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Entre os pontos não cumpridos estão a publicação da alteração do Decreto nº 1.590/1995 e do substitutivo da Portaria MEC nº 750/2024, garantindo igualdade de direitos às/aos docentes EBTTs do Magistério Superior, além da retomada do Grupo de Trabalho para o reenquadramento de aposentadas/os.

O setor das Ifes promoverá ainda ações que tratem da Reforma Administrativa; da Instrução Normativa (IN) SRT/MGI nº 71/2025; da revogação do artigo 46 da IN nº 261/2025; além da campanha salarial e do impacto da implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).

IN 15/2022

O ANDES-SN participou, no dia 10/3, de reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente, no âmbito do Ministério da Educação (MSNP-MEC), sobre a Instrução Normativa 15/2022, que cria obstáculos à concessão do adicional de insalubridade. As entidades da educação criticaram a demora em revogar a medida. "Essa mentalidade que isenta a responsabilidade do Estado com relação à saúde, à dignidade do trabalho, é uma mentalidade bolsonarista", afirmou a secretária-geral do ANDES-SN. Um parecer técnico da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN sobre a IN 15 foi encaminhado ao MEC.



A primeira reunião da MNNP terminou sem grandes avanços.

Foto: Thamires Barreto/ANDES-SN

Docentes reforçam defesa de universidades estaduais, municipais e distrital

Foto: Sérgio Franklin/Ascom Asduerj



Professoras e professores das universidades estaduais, municipais e distrital (lees, lmes e ldes) de diferentes regiões do país intensificaram, no último período, a mobilização em defesa da recomposição salarial, valorização das carreiras e melhores condições de trabalho. Em vários estados, a categoria tem realizado assembleias, paralisações e, em alguns casos, deflagrado greve para pressionar os governos a abrir negociações efetivas.

Greve

As e os docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em greve desde o dia 25 de março, reivindicam a recomposição salarial imediata de 26,35%, referente a perdas recentes, além de um plano que recupere o passivo acumulado desde 2001, que já ultrapassa 110%.

A pauta inclui ainda a retomada de direitos da carreira, como os triênios, a valorização isonômica entre docentes e a ampliação de auxílios. A categoria também defende a autonomia universitária, com a vinculação de 6% da Receita Corrente Líquida do estado para a instituição. As e os docentes têm realizado atos, pressão nas redes e atividades públicas para ampliar o diálogo com a sociedade.

Já as professoras e os professores da Universidade do Distrito Federal (UnDF) estão em greve desde 20 de março e denunciam a tentativa do governo do DF de transferir atividades da instituição para um prédio privado, cujo aluguel é estimado em R\$ 110 milhões por cinco anos, enquanto a universidade enfrenta

carências estruturais. Além disso, a categoria docente reivindica reajuste salarial de 10% no salário-base, a implantação da Dedicção Exclusiva e a redução do tempo necessário para alcançar o topo da carreira, passando de 25 para 15 anos.

A greve também enfrenta ataques institucionais, incluindo ação judicial da Reitora *pro tempore* que solicita multa milionária contra o movimento paredista. O processo já se encontra concluso para decisão, e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) pode se manifestar a qualquer momento.

Estado de greve

Em Mato Grosso do Sul, docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems) aprovaram estado de greve diante de perdas salariais que chegam a 44,48% desde 2014. A categoria também reivindica o reenquadramento de aposentadas e aposentados e o fim da contribuição previdenciária de 14% para esse segmento. Por sua vez, o governo anunciou reajuste de 3,8%, sem nenhum ganho real. A mobilização inclui atos, panfletagens e debates nas unidades. A categoria avalia os próximos passos junto a outras entidades, incluindo paralisações e atos.

Mobilização permanente

Em Minas Gerais, docentes das universidades do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Estadual de Montes Claros (Unimontes) realizaram paralisação e mobilização na Assembleia Legislativa, onde pressionaram por melhorias no reajuste proposto pelo governo. A proposta do executivo estadual de reajuste de 5,4% foi aprovada por unanimidade, contudo não foi aceita a emenda parlamentar articulada pela Frente Mineira em defesa dos serviços públicos, aumentando o índice para

9,36%. As servidoras e os servidores protestaram nas galerias da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

No Paraná, docentes das sete universidades estaduais realizaram paralisações e atos públicos contra a recomposição de apenas 5% aprovada pelo governo estadual. A categoria denuncia perdas acumuladas de mais de 50% em uma década e reivindica avanços na carreira e revogação de medidas que impactam a autonomia universitária. Apesar de ajustes táticos no calendário de mobilização, a organização segue permanente.

Já no Pará, docentes da Universidade do Estado do Pará (Uepa) participaram da “Marcha da Indignação”, em Belém, no dia 24 de março, por valorização e por negociação salarial digna. A categoria rechaçou o reajuste de 6% anunciado pelo governo sem negociação e denunciou perdas superiores a 18% nos salários, o congelamento dos triênios e a ausência de diálogo com o governo.

No Maranhão, a categoria docente das universidades estaduais do Maranhão (Uema) e da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul) conquistou avanços importantes na Campanha Salarial. Foi assegurado reajuste de 10% no vencimento básico, além do pagamento no mês de julho de 3,5%, referente à parcela ao acordo estabelecido na Lei 12.121/23, resultado



Foto: Eraldo Paulino/Ascom Sinduepa

da greve realizada pela categoria em 2023. Ainda assim, a categoria acumula perdas superiores a 59% ao longo dos últimos anos.

Também houve mobilizações em Roraima, onde professoras e professores da Universidade Estadual de Roraima (Uerr) realizaram ato público, no dia 31 de março, por melhorias estruturais e salariais. No Piauí foi realizado um dia de mobilização, no dia 1º de abril, para denunciar perdas acumuladas há mais de uma década das e dos docentes da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). No Amazonas, docentes da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) seguem

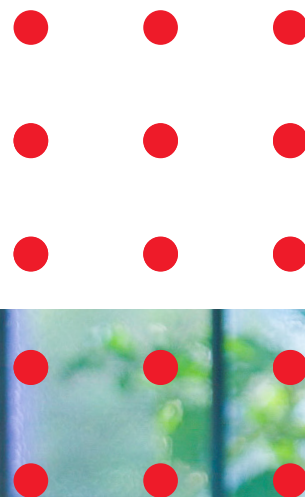
em campanha salarial, apontando defasagem superior a 24% e descumprimento de datas-base.

“As greves e paralisações expressam a precarização das condições de trabalho, o arrocho salarial e o esgotamento das negociações. Identifica-se uma unidade objetiva nas condições de precarização enfrentadas em diversos estados, evidenciando perdas salariais, a morosidade ou recusa dos governos em negociar e o crescimento da disposição de luta da categoria”, afirma Luciana Henrique da Silva, 1ª vice-presidenta da Regional Pantanal e da coordenação do Setor das leões, Imes e Ides do ANDES-SN. Segundo ela, esse contexto aponta para a construção da Semana Nacional de Lutas do Setor, prevista para maio, conforme o Plano de Lutas aprovado no 44º Congresso.

Sérgio Barroso, 1º tesoureiro do ANDES-SN e também da coordenação do Setor, destaca que o momento é de intensificação das mobilizações. “As universidades estão mobilizadas contra as políticas neoliberais de restrições orçamentárias, que as prejudicam diretamente, afetando as condições de trabalho e estudo e prejudicando o ensino, a pesquisa e a extensão”, concluiu.



PEC 38 retoma lógica neoliberal e ameaça estabilidade no serviço público



Docentes que participaram do 44º Congresso do ANDES-SN, realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador (BA), entre os dias 2 e 6 de março, deliberaram pela intensificação de ações conjuntas com outras categorias do funcionalismo público contra a Reforma Administrativa (PEC 38/2025). A luta também será contra os retrocessos de minirreformas infra-

constitucionais já implementadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Após pressão de entidades sindicais, entre elas o ANDES-SN, a PEC 38/25 perdeu força na Câmara dos Deputados e não foi pautada no plenário no final de 2025. Servidoras e servidores públicos, entretanto, permanecem em alerta contínuo contra a retomada do tema no Congresso

Nacional. “A discussão está em curso. A PEC não foi retirada de votação, mas acho que está inviabilizada, pelo menos conjunturalmente, por conta do processo que se abre esse ano das eleições”, avalia Maria da Graça Druck, socióloga, economista, professora titular dos programas de

Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Serviço Social, da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

Graça Druck destaca que a PEC 38/2025, assim como a PEC 32/2020, segue a mesma lógica empresarial das reformas feitas a partir dos anos 90, quando o projeto neoliberal foi implementado no Brasil. "Uma das transformações mais importantes foi exatamente a de reestruturação do Estado. Desde as privatizações de setores, empresas públicas e da reforma do Estado feita em 1995, que depois gerou a Emenda Constitucional de 1998, que é uma reforma administrativa, talvez das mais radicais da história, bem dentro dos moldes neoliberais. A reforma do governo Fernando Henrique redefiniu todos os setores. Redefiniu, inclusive, o próprio estatuto do servidor público estatutário e as formas de terceirização do serviço público", analisa.

Pesquisadora da área de sociologia do trabalho, com foco nos impactos da terceirização, da precarização no serviço público e, mais recentemente, do teletrabalho nas universidades federais, Druck afirma que, embora o MGI critique a PEC 38, encaminha políticas que têm a mesma concepção que está no âmago das reformas

administrativas, como o Programa de Gestão e Desenvolvimento (PGD), que pode comprometer a estabilidade.

"É um programa proposto no governo Bolsonaro e que o governo atual não retirou, manteve, com algumas alterações pontuais. No PGD tem a questão de como o teletrabalho deve ser implementado nas universidades, dentro do serviço público. E tem um conteúdo central que é a lógica do produtivismo, da redução de custos, das avaliações de desempenho, do estímulo à produtividade a partir de bônus, a partir de medir as atividades", explica.

Para a docente, esta é a mesma concepção de um Estado tipicamente neoliberal, ou seja, que traz para dentro do serviço público a lógica empresarial, do gerencialismo, mesmo sabendo que os(as) servidores(as) públicos não podem ser comparados a nenhum outro segmento de trabalhadores do setor privado. "O servidor público trabalha para produzir bens públicos, portanto, bens que não geram lucro e nem devem e podem gerar", reprova.

Na avaliação da professora, mais uma vez, a questão fundamental é a estabilidade. "A estabilidade do servidor público vem acabando, na

prática, há algumas décadas, com a substituição crescente do servidor estatutário por contratos precários", diz. Ela cita contratos por tempo determinado, terceirizados, contratos CLT, de organizações sociais (OS), entre outros. "Hoje no serviço público, em termos de números, são exatamente esses servidores que têm esse tipo de contrato precário em relação aos trabalhadores estatutários. Isso já é, na prática, o fim da estabilidade do servidor público", afirma.

Teto de gastos

Outro ponto central da PEC 38/25, segundo Druck, é a criação do teto de gastos também para estados e municípios. "Querem generalizar o teto de gastos, que agora se chama arcabouço fiscal, para os estados e municípios. Nós temos isso para o governo federal, o que agrava mais ainda, portanto, o limite que está dado para a implementação de políticas públicas, de políticas sociais, os chamados gastos sociais. Nenhum limite ao custo maior que o Estado brasileiro tem, que é a dívida pública. Então, você tem um Estado capturado pelo sistema financeiro, pelo mercado financeiro, que impõe essa dinâmica", conclui.

PEC 38/25 é a reforma trabalhista do serviço público

Para Graça Druck a reforma administrativa é a reforma trabalhista das/os servidoras/es públicas/os. "Todas essas reformas têm a mesma motivação: reduzir o custo da força de trabalho dentro do serviço público. As pesquisas mostram a evolução de um processo de precarização crescente desse trabalho no serviço público. A retirada de direitos se dá em função da substituição do servidor estatutário por contratos precários. E, embora sejam servidores públicos, são mal remunerados, não têm nenhuma garantia de permanecer no emprego. Esse processo, assim como a reforma trabalhista de 2017, retirou direitos", reforça. Segundo Druck, a discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), se definir pela liberação total da pejetização, será o auge da reforma trabalhista de 2017. "Se isso for aprovado, vai arrebentar o que sobra dos poucos direitos que ainda temos e isso vai aparecer no serviço público. O que nós estamos vivendo é que essas reformas trabalhistas, chamadas, no caso do serviço público, de reforma administrativa, atingem diretamente as servidoras e os servidores. E, ao atingir o servidor público, atinge o serviço que ele presta e, portanto, tem um impacto direto sobre a sociedade que precisa desse serviço", aponta. E destaca o paradoxo: "Quanto mais precário o trabalho, inclusive do setor privado, mais precisa-se do serviço público. É disso que se trata. É essa relação que a gente pode fazer entre as reformas trabalhistas e as reformas administrativas em curso", avalia.



I Conferência Antifascista propõe frente internacional contra a extrema direita



Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ocupou papel central na articulação da resistência global com a realização da I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, entre os dias 26 e 29 de março. O evento foi um marco na articulação contra a ascensão da extrema direita e do neofascismo não só no país, mas em todo o mundo. A Conferência, que contou com o apoio central e a participação do ANDES Sindicato Nacional, reuniu mais de 4,5 mil ativistas, lideranças políticas, intelectuais e representantes de movimentos sociais, sindicais e estudantis, vindos de mais de 40 países de cinco continentes.

O início da jornada foi marcado pela força das ruas. Na noite do dia 26, milhares de pessoas marcharam pelo Centro Histórico da capital gaúcha com palavras de ordem contra o imperialismo, pela autodeterminação dos povos indígenas, além de cartazes que denunciavam o genocídio na Palestina e o

autoritarismo na América Latina.

Mais cedo, na Assembleia Legislativa do Estado, o Fórum de Autoridades Antifascistas debateu o papel e os limites da ação institucional, destacando que o fascismo contemporâneo se alimenta da desigualdade, do ódio e da desinformação, exigin-

do não só a defesa da democracia formal, mas a construção de uma democracia econômica.

Crise do capitalismo

No dia 27, a 1ª Conferência, “A Ofensiva da Extrema Direita no Mundo: Causas, Consequências e Desafios”, analisou que a escalada neofascista está ligada à crise do capitalismo e ao esgotamento de décadas de políticas neoliberais. A precarização das condições de vida, o aumento das desigualdades e a disseminação da desesperança criaram um terreno fértil para discursos autoritários.

A 2ª Conferência destacou a experiência argentina sob o governo de extrema direita de Javier Milei, apontando o país como um “laboratório” de reorganização capitalista. Foi ressaltado o protagonismo das mulheres nas mobilizações de 24 de março, que levaram 1 milhão de pessoas às ruas, e a importância da unidade entre diferentes forças políticas para construir alternativas populares.

Já a 3ª Conferência do dia tratou da resistência sindical e da organização da classe trabalhadora frente ao neoliberalismo, enquanto a 4ª Conferência abordou o caso brasileiro, destacando o bolsonarismo como expressão local de um fenômeno global. As análises indicaram a permanência de estruturas autoritárias herdadas da ditadura empresarial-militar



e a articulação entre extrema direita, milícias e interesses imperialistas.

Encerrando o dia, a 5ª Conferência reforçou a centralidade da solidariedade entre os povos e da luta anti-imperialista. Foram denunciadas as intervenções militares, sanções econômicas e tentativas de desestabilização de países que buscam caminhos soberanos. Nesse contexto, Cuba, Irã e Venezuela foram citados como exemplos de resistência.

Atividades autogestionadas

No dia 28, pela manhã, o ANDES-SN promoveu atividades em sua sede na Regional do Rio Grande do Sul. Os debates abordaram temas como feminicídio, transfeminicídio e os impactos do imperialismo na América Latina, reforçando a importância de compreender as múltiplas dimensões da violência da extrema direita.

A mesa "Feminicídio e Transfeminicídio como resultado do projeto da extrema direita no Brasil e na América Latina", contou com a participação das diretoras do ANDES-SN, Letícia Carolina Nascimento, 2ª vice-presidenta, e Emanuela Rútila, 2ª vice-presidenta da Regional Nordeste II, ambas do Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do Sindicato. Em suas falas, as docentes situaram a violência contra a mulher nas esferas doméstica e institucional, denunciando a "pedagogia da agressão" da machosfera e o papel das *big techs* na monetização do ódio. Complementando a análise, foi criticado o silenciamento das pautas de gênero e raça sob a pecha de "identitarismo" e as táticas globais como o pânico moral, além do "*pinkwashing*", entendido como uso instrumental de pautas LGBTI+ por



agendas geopolíticas e pelo mercado.

"As discussões ressaltaram os desafios nas instituições educativas, exemplificados por casos de misoginia organizada em institutos federais e pela violência institucional, o que exige a criação de redes de autodefesa e protocolos rígidos contra assédios. A atividade definiu o fortalecimento do GTPCEGDS nas seções sindicais e a luta pela regulamentação das plataformas digitais, reafirmando que a unidade da classe trabalhadora deve ser construída como uma síntese viva das diferenças, fundamental para o enfrentamento ao fascismo e a superação das opressões", avaliou Luciana Henrique da Silva, 1ª vice-presidenta da Regional Pantanal, que esteve na mesa.

Já no segundo debate "Os ataques imperialistas na Venezuela e os impactos na América Latina", houve a participação de Maria de La Luz, da Rede Social para a Educação Pública

nas Américas (Rede Sepa), que dividiu a mesa com o professor Osvaldo Coggiola, 2º tesoureiro da Regional São Paulo do Sindicato Nacional. A discussão se expandiu para além da fronteira venezuelana, abrangendo o bloqueio a Cuba, a ascensão da extrema direita no continente e os ataques aos direitos sociais em países como Argentina e Chile. "Realizamos um debate qualificado com a categoria, culminando em contribuições diretas para a Carta de Porto Alegre. Saímos com o sentimento de missão cumprida e com o ANDES-SN consolidado na vanguarda da luta internacionalista e antifascista", disse Caroline Lima, 1ª vice-presidenta e encarregada de Relações Internacionais do Sindicato.

Resistência palestina

Ainda no dia 28, a 6ª Conferência, "A Resistência Palestina ao Genocídio e à Opressão do Estado de Israel" destacou essa luta como símbolo global



contra o colonialismo e o fascismo. Foi denunciado o “educocídio” em Gaza e defendido o fortalecimento de campanhas internacionais de boicote.

Segundo Muna Muhammad Odeh, 2ª vice-presidenta da Regional Planalto do ANDES-SN e uma das palestrantes, a destruição deliberada de escolas e universidades em Gaza (o “educocídio”) é uma tentativa de apagar o futuro do povo palestino. “A luta do povo palestino é o epicentro da luta contra o imperialismo. As universidades devem romper com a neutralidade cúmplice. Não há como falar em democracia e direitos humanos sem defender o fortalecimento de campanhas de pressão internacional e o BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) contra as políticas de ocupação”, afirmou.

Já a 7ª Conferência debateu o combate ao fascismo nas Américas, destacando as conexões entre lideranças da extrema direita e enfatizando a necessidade de organização popular permanente.

Negacionismo climático

No dia 28, a 8ª Conferência, “A Luta Contra o Negacionismo Climático e Pela Reforma Agrária no Contexto da Crise Ambiental”, conectou a ecologia à luta de classes, reunindo intelectuais, militantes e ecossocialistas, que destacaram a urgência de um modelo econômico alternativo.

Para elas/es, o capitalismo mostra-se incompatível com a sustentação da vida no planeta, aprofundando as desigualdades socioambientais e acelerando a crise climática.

“O debate afirmou um posicionamento político claro ao articular o combate ao fascismo com a denúncia do negacionismo climático e a defesa dos territórios e dos movimentos de luta pela terra. Além da necessidade de construção de uma sociedade ecossocialista, reafirmando que o enfrentamento ao fascismo passa, necessariamente, pela transformação estrutural das relações entre sociedade, economia e natureza”, declarou Annie Hsiou, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN, debatedora da conferência.

Luta contra o fascismo

A 9ª Conferência, “Antirracismo, Feminismo e Direitos Civis na Luta contra o Fascismo”, na manhã do dia 29, debateu como o machismo, o racismo e a xenofobia são elementos estruturantes do projeto neofascista.

Leticia Carolina Nascimento, uma das debatedoras, denunciou o uso de “pânicos morais” — como a ideologia de gênero — para cooptar as massas. “O pânico moral é o laboratório do fascismo contemporâneo. Eles agitam espantalhos morais contra mulheres, negras/os e a população LGBTI+ para ocultar a real exploração do grande capital e o desmonte dos direitos sociais. O ataque a essas existências não é uma ‘pauta cultural’ secundária, mas o cerne de um projeto que violenta quem historicamente sustenta a base da classe trabalhadora”.

Educação, Ciência e Tecnologia

A 10ª Conferência, “Educação, Ciência e Tecnologia para Soberania dos Povos” centrou na disputa pelo saber e como a extrema direita ataca a escola pública e a autonomia universitária para impor um modelo de obediência, exclusão e mercantilização do conhecimento.

Cláudio Mendonça, presidente do ANDES-SN e um dos palestrantes, reafirmou o orgulho de dirigir um sindicato cuja luta pela educação pública é





Foto: Júlia Rosa/Ascom Sindoiif

a mobilização popular. Lideranças europeias também aproveitaram para denunciar a cumplicidade da União Europeia com o genocídio em Gaza. O consenso foi de que a esquerda deve apresentar alternativas concretas e não temer a polarização.

Carta de Porto Alegre

A Carta de Porto Alegre, aprovada ao final da Conferência, afirmou a necessidade de unidade internacional diante do avanço do fascismo, da extrema direita e do imperialismo em um cenário de crise do capitalismo. O documento denuncia ataques a direitos, à democracia e à soberania dos povos, além da intensificação de guerras, desigualdades e da desinformação. Como resposta, defende a articulação global das lutas, a ampliação dos direitos democráticos, a valorização do trabalho, a reforma agrária e a defesa do meio ambiente. Entre as propostas, estão a criação de uma articulação internacional antifascista, a realização de conferências regionais, o apoio à causa palestina, à soberania de países como Cuba e Venezuela, o combate à OTAN e o fortalecimento de iniciativas como o Fórum Social Mundial.

indissociável da defesa dos interesses da classe trabalhadora. Utilizando referências de Milton Santos, Mendonça criticou a forma como as *big techs* e os oligopólios de comunicação utilizam a tecnologia como instrumento de dominação e para instrumentalizar a violência contra as universidades. Ele enfatizou que derrotar o neofascismo exige o fortalecimento do orçamento das universidades públicas e a valorização das e dos trabalhadores.

Além disso, Mendonça defendeu que as instituições de ensino brasileiras rompam parcerias com o "Estado sionista de Israel", mantenham a solidariedade internacional e enfrentem a lógica neocolonial e racista do imperialismo. "O ANDES-SN defende que só iremos evitar essa catastrófi-

ca com muita luta, muita mobilização, respeitando as entidades legítimas da classe trabalhadora fruto da organização na base, mas, fortalecendo com orçamento e condições de trabalho nossas instituições de ensino".

A 11ª Conferência, "Resistências, Articulações e Alternativas Democráticas" focou na construção de estratégias globais de resistência. A experiência colombiana, elegendo o presidente Gustavo Petro, foi citada como exemplo de unidade entre movimentos e partidos, sem abandonar

Caravana do FNDC

Paralelamente, o ANDES-SN participou dos debates da Caravana do Fórum Nacional pelo Direito à Comunicação (FNDC), no sábado (28). O enfrentamento às *big techs* e ao monopólio midiático, apontados como pilares da desinformação, foi tema das atividades "O papel da comunicação hegemônica a serviço do fascismo" e "Propostas para soberania nas comunicações".

Diego Marques, encarregado de Imprensa e Divulgação do Sindicato Nacional, destacou como o avanço das plataformas digitais e o monopólio da informação impactam diretamente a categoria docente e a produção de conhecimento, alertando que a luta pela democratização da comunicação é indissociável da luta sindical. Já na mesa "Propostas para soberania nas comunicações", Helena Martins, 1ª secretária da Regional Nordeste I do ANDES-SN, destacou que o alcance das pautas depende do contexto histórico, lembrando que já se defendeu até a nacionalização das comunicações. Ela criticou o avanço da privatização e defendeu a construção de novos modelos.



Cuba denuncia ofensiva global dos EUA e reafirma luta por soberania

Há mais de seis décadas o governo americano asfixia Cuba com bloqueios econômicos, financeiros e comerciais. Nos últimos três meses, entretanto, as sanções dos Estados Unidos (EUA) que proibiram o fornecimento de petróleo ao país geraram uma grave crise energética, provocando longos apagões, paralisia do transporte, distribuição de alimentos, funcionamento de escolas e hospitais, afetando serviços essenciais e toda a população. Diante do agravamento da crise, a solidariedade internacional ganhou força.

Em entrevista ao ANDES Sindacato Nacional, concedida durante a I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, realizada em Porto Alegre (RS), entre os dias 26 e 29 de março, o Embaixador Benigno Pérez Fernández, Cônsul-Geral de Cuba no Brasil, destacou que o bloqueio petrolífero do “imperador” Trump não é só um problema para Cuba, mas um ataque à soberania dos países que produzem petróleo. Para Fernández, o fascismo encabeçado por Trump está impondo suas forças em todo o mundo e Cuba continua sua luta por soberania e independência. No histórico 1º de maio, segundo o Cônsul-Geral, as/os trabalhadoras/es cubanas/os marcharão em Havana por uma Cuba livre e independente.

O ANDES-SN estará no 1º de Maio em Cuba, conforme deliberação do 44º Congresso. Na ocasião, o Sindicato Nacional reafirmará o seu compromisso histórico com a solidarie-

dade internacionalista entre os povos e a defesa da soberania dos países frente às investidas imperialistas.

InformANDES: Qual o cenário de Cuba diante dos atuais ataques?

Benigno Pérez Fernández:

A situação do mundo hoje é muito perigosa. Chegou ao poder, no governo dos EUA, um grupo fascista, encabeçado pelo senhor Trump. Ele só é a cabeça visível de um grupo fascista, que está impondo suas forças. Porque temos uma diferença entre o direito da lei e o direito da força. E eles só acreditam na força.

Sequestraram o presidente (Nicolás) Maduro e o que aconteceu no mundo? Nada, não aconteceu nada. Quantos governos do mundo denunciaram que Maduro foi sequestrado? O presidente de um país!

Os EUA querem a Groenlândia, querem o Canal do Panamá, querem que o Canadá seja parte do seu Estado. Os EUA são parte do genocídio contra os

palestinos em Gaza. Começaram a guerra, o bombardeio contra o Irã.

Esses são sinais que só apareceram na época de Hitler, nos anos 20 e 30 do século passado. Que diferença há entre a perseguição aos judeus por Hitler e a perseguição dos imigrantes nos EUA? Nenhuma. Todos puderam ver o *reality show* que foi o discurso à nação do presidente Trump. Impressionante o nível de chauvinismo que há nos EUA.

Mas todos temos esperança de que o povo dos EUA seja quem vai parar esse grupo fascista. Claro, nós, no mundo, temos que lutar com muito esforço. Cuba está sofrendo há anos um bloqueio econômico, financeiro, comercial que afeta toda a vida do povo cubano.



A maioria dos cubanos hoje, nasceu sob o bloqueio. E afeta a todos. Mas nos últimos três meses, o imperador Trump decretou um bloqueio petrolífero a Cuba. Nenhum país pode vender petróleo a Cuba. Não é só um problema para Cuba. É um ataque à soberania dos países que vendem petróleo. Os países devem ter o direito de vender o petróleo que queiram. Mas os EUA dizem que não. E em Cuba há 3 meses que não entra uma "gota de petróleo". E nós estamos nos preparando para a guerra. Não queremos a guerra. Cuba não fez nada contra os EUA. Cuba só tem se defendido dos EUA. E não queremos a guerra. Mas se nos impuserem, nós vamos a ela.

InformANDES: Como o povo cubano tem se organizado para fazer frente a esse bloqueio?

BPF: O governo americano, desde 1960, está tratando de asfixiar o povo cubano, para que o povo cubano se levante contra o governo dos EUA. E essa é a aposta agora deste governo.

Está criando dificuldades, apagões, longos apagões, problemas de transporte, problemas de alimentação, problemas nos hospitais, se não há eletricidade, os hospitais não podem trabalhar, nas policlínicas, nas escolas. Imaginem um país sem combustível? E há três meses não entra combustível. A maioria do povo cubano está lutando há muitos anos por nossa independência e soberania. Temos duas opções: voltar a ser neocolônia dos EUA ou continuar sendo independente.

Como já disse, Cuba

nunca fez nada contra os EUA e queremos ter uma relação civilizada. Temos muitos temas de que conversar. Somos países muito próximos, só 90 milhas, e temos problemas de segurança, narcotráfico para conversar, o que não está na mesa de negociação é a independência de Cuba. A Constituição de Cuba e o direito a decidir em Cuba, somos nós cubanos que fazemos.

InformANDES: Qual a importância da solidariedade internacional a Cuba nesse momento?

BPF: São muito importantes. São solidariedade material, como doações, como a solidariedade de denúncia, denúncia da guerra dos EUA contra Cuba. Aqui no Brasil são muitos os amigos que nos ofereceram apoio, seu alento, sua solidariedade. Há uma conta bancária onde os amigos de Cuba estão depositando dinheiro para comprar kits solares. Porque são importantes, neste momento, os kits solares. Também há muitos amigos

que estão levando para Cuba medicamentos nas malas. Há muitas formas de ajudar Cuba. Mas Cuba precisa de petróleo, esse é o grande problema.

InformANDES: Qual será a força do 1º de Maio histórico em Cuba esse ano?

BPF: O 1º de maio será outra marcha grande. Talvez não tão grande como outros anos porque não há combustível para mover os trabalhadores. Mas a população que vive perto da Praça da Revolução, pode ser 500 mil, 600 mil pessoas estarão lá, representando o povo cubano. Em todas as praças, em todas as províncias, em todos os departamentos, os trabalhadores também vão demonstrar que a maioria dos cubanos quer uma Cuba livre e independente.

**Entrevista concedida em 27 de março. No dia 31, um petroleiro russo (Anatoly Kolodkin) rompeu o bloqueio dos EUA e descarregou cerca de 730 mil barris (100 mil toneladas) de petróleo bruto na ilha. A Rússia já prepara o envio do segundo petroleiro para aliviar a crise energética.*



CUBA

SIM,

bloqueio não!

Abril indígena fortalece resistência e articulação política em defesa dos territórios

Considerado um período de mobilização nacional, resistência e visibilidade dos povos originários, o Abril Indígena em 2026 foi marcado pela 22ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL). Realizado em Brasília (DF), de 5 a 11 de abril, o evento ocupou o Eixo Cultural Ibero-Americano, sob o lema "Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós". Organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o ATL reafirmou sua posição como a maior assembleia indígena do país, reunindo milhares de lideranças indígenas de diversas regiões do país para debater o futuro de suas terras e da própria democracia.

Apoiador da iniciativa, o ANDES Sindicato Nacional participou da programação. Durante esse período, foram realizadas marchas, assembleias, debates e manifestações culturais, reforçando a união entre os povos e dando visibilidade

às suas demandas diante da sociedade brasileira e da comunidade internacional.

A programação contou com cinco eixos centrais: "A Resposta Somos Nós"; "Nosso Futuro Não Está à Venda"; "Nossa Luta Pela Vida!"; "Terra Demarcada, Brasil Soberano e Democracia Garantida"; e "Diga ao Povo que Avance!". Em comum, os debates reafirmaram a centralidade da luta territorial, a defesa da democracia e o enfrentamento à crise climática. Dois grandes atos ganharam destaque: no dia 7, o protesto "Congresso inimigo do povo: nosso futuro não está à venda" e, no dia 9, a mobilização "Demarca, Lula: Brasil soberano é terra indígena demarcada e protegida".

De acordo com Marcelo Barreira, 2º vice-presidente da Regional Leste do sindicato e do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA), a mobilização cumpriu um papel fundamental na atual conjuntura.

"O ATL tem sido fundamental como o maior instrumento de mobilização dos povos indígenas do Brasil. Na linha de seu tema central, essa mobilização fortaleceu a luta coletiva contra diversos ataques a seus direitos, sobretudo territoriais e, dentre esses, a luta contra a Lei 14.701/2023, exigindo sua completa inconstitucionalidade com a retomada imediata das demarcações; o combate à "mercantilização" de seus territórios pela mineração, agronegócio e projetos de crédito de carbono sem o devido consentimento das comunidades; por um aldeamento da política com a maior participação indígena em espaços institucionais e, por fim, a demarcação de terras como a mais eficaz política climática de preservação da biodiversidade", afirmou.

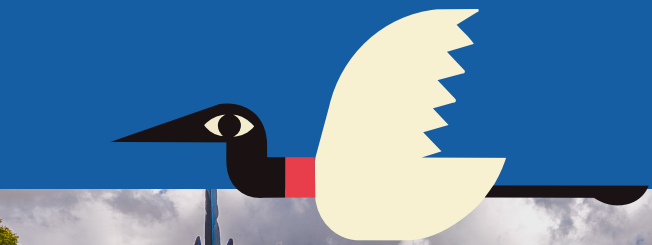
Barreira também destacou a atuação do sindicato no apoio às mobilizações. "O ANDES-SN historicamente apoia a luta indígena e mantém uma atuação ativa de apoio político e material ao ATL, seja pela ajuda no transporte de povos indígenas, seja pela convocação de suas seções sindicais para participarem do ATL 2026, particularmente via GTPAUA", contou.

Segundo Regina Célia da Silva, 2ª vice-presidenta da Regional São Paulo do ANDES-SN e também da coordenação do GTPAUA, não há soberania real sem compromisso concreto com os povos que historicamente defendem a terra, a vida e o futuro coletivo. "O papel do ANDES-SN é se somar, de forma cada vez mais firme, à luta pela soberania dos povos que, ao longo da história, vêm nos indicando o caminho da mobilização e da resistência, não apenas simbólica, mas concreta: ocupar, resistir e enfrentar. Essa tríade não é apenas uma tática, mas uma orientação política e ética diante de um cenário de destruição, exploração e negação de direitos", disse.

Ataques

O Brasil abriga uma diversidade socio-cultural expressiva, com 295 línguas indígenas faladas por 391 etnias, segundo dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).





Essa pluralidade convive, no entanto, com um histórico de violências, expropriações e ameaças constantes aos territórios tradicionais por interesses ligados ao agronegócio, à mineração e a grandes empreendimentos.

Em 2025, mais de 20 propostas consideradas anti-indígenas e antiambientais tramitaram no Legislativo. [Veja box]. Entre elas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023, aprovada no dia 9 de dezembro de 2025 no Senado, que estabelece a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas — limitando o direito territorial às áreas ocupadas ou em disputa em 5 de outubro de 1988. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha reafirmado, dias depois, a inconstitucionalidade dessa tese, a ofensiva política a serviço do capital, segue em curso.

Ofensiva legislativa

PDLs contra demarcações - Os Projetos de Decreto Legislativo (PDLs) 717/24, 1121/25, 1126/25 e 1153/25 buscam suspender a demarcação das Terras Indígenas Morro dos Cavalos (SC), Toldo Imbu (SC), Tupinambá de Olivença (BA), Comexatibá (BA) e Ibirama La-Klanô (SC). As propostas estão sob análise da Presidência da Câmara.

GT da Mineração em Terras Indígenas - O grupo de trabalho discute a regulamentação da mineração em terras indígenas, em resposta a prazos estabelecidos pelo STF.

PL 6050/2023 (Exploração Econômica) - Propõe a liberação de atividades como agricultura comercial, mineração e geração de energia em terras indígenas. Já aprovado na Comissão de Direitos Humanos do Senado, o projeto aguarda relatoria na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

PL 6093/2023 (PL do Agro) - Além de reforçar a tese do Marco Temporal, altera a etapa final do processo de demarcação, substituindo o decreto presidencial por medida provisória e condicionando a conclusão das demarcações à aprovação do Congresso Nacional.

Vitória histórica: fim da lista tríplice fortalece autonomia nas federais

A Lei 15.367/2026, que põe fim à Lista Tríplice, um dos piores esbulhos ditatoriais do país e luta história do ANDES-SN, foi sancionada em 30 de março. A mudança no processo de escolha de reitoras e reitores das universidades e institutos federais chegou à sanção presidencial após intensa pressão das entidades ligadas à Educação e ao movimento estudantil, durante toda a tramitação no Congresso Nacional. Com a medida, a nomeação de reitoras e reitores respeitará a escolha da comunidade acadêmica, fortalecendo a autonomia universitária e reduzindo a interferência política na nomeação de dirigentes.

Nos últimos anos, o ANDES-SN intensificou a luta pelo fim da lista trí-

plice, em especial, durante o governo Bolsonaro, período em que as instituições sofreram ataques à escolha dos mais votados, com a imposição de interventores. Entre 2019 e 2021, das 50 nomeações feitas pelo ex-presidente, 18 foram de reitoras e reitores que não haviam vencido as consultas realizadas nas instituições.

Para André Vasconcelos, presidente da Seção Sindical dos(as) Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc SSind), a política da lista tríplice está baseada na negação da autonomia universitária e, em um contexto maior, na negação da própria democracia. "Não podemos esquecer que essa política foi implantada na ditadura militar e resgatada no período de Bolsonaro. Até então, salvo em situações muito

específicas, os governos, desde a Constituição de 88, vinham indicando ou nomeando os(as) reitores(as) mais votados nas consultas às comunidades universitárias", destaca.

Conforme o professor, apenas em 2019, o governo Bolsonaro nomeou cinco reitores(as), de 12 listas tríplexes, que não foram os mais votados. "Na UFC tivemos um candidato que ficou com cerca de 4,5% dos votos e outro com 56% dos votos, No entanto, o que teve menos de 5% foi o indicado e nomeado. Isso gerou um prejuízo muito grande para as relações dentro da universidade, com priorização de interesses privados em relação ao interesse público. Houve tentativa de privatizar a universidade, corrosão das instâncias democráticas e perseguição política a professores(as)", denuncia.

Uma luta do ANDES-SN

A luta pelo fim da lista tríplice é uma pauta histórica do ANDES-SN. Durante o governo da extrema direita, o Sindicato promoveu mobilizações como o "Dia Nacional pelo Fim da Lista Tríplice" e a campanha "Reitor/a eleito/a é reitor/a empossado/a!", além de debates e articulações com outras entidades.

Apesar do avanço, o ANDES-SN critica a possibilidade de participação de entidades da sociedade civil nos processos de votação, o que pode ferir a autonomia universitária. A mudança também não se aplica às universidades estaduais, que dependem de legislação local. Outra preocupação do Sindicato Nacional é garantir maior isonomia entre as carreiras do magistério superior e da educação básica, técnica e tecnológica (EBTT) no acesso a cargos de gestão.

Foto: Leticia Figueiredo

